ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DO COMITÊ TÉCNICO PÚBLICO-PRIVADO DE ESG

No dia 29 de janeiro de 2025, às 14h00min, foi realizada a terceira reunião do Comitê Técnico Público-Privado de ESG, no Gabinete de Gestão e Informações (GGI), localizado no Palácio Iguaçu, Praça Nossa Senhora de Salette, s/n, no Centro Cívico. O encontro reuniu representantes dos setores público e privado para discutir ações e estratégias relacionadas à governança ambiental, social e corporativa. A seguir, são apresentadas as principais deliberações e decisões tomadas durante a reunião.

Os nomes dos participantes presentes na reunião, bem como suas respectivas instituições, estão devidamente registrados no anexo a esta ata.

A reunião foi iniciada pela Sra. Izabella Brito, que deu as boas-vindas a todos os presentes e iniciou a terceira reunião do Comitê. Esta expressou sua gratidão pela participação de todos e destacou a relevância dos encontros presenciais para o fortalecimento das relações dentro do Comitê. Em seguida, passou a palavra a Sra. Keli Guimarães.

A Sra. Keli Guimarães, Superintendente de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Paraná, fez uma breve apresentação e enfatizou a importância da colaboração e do engajamento de todos os membros do Comitê. Ela também mencionou que, conforme o regimento interno, a Superintendência assumiria a secretaria executiva, e expressou sua expectativa de contar com o apoio do grupo para o êxito dessa função.

Foi comunicado que a reunião seria gravada e, caso alguém tivesse alguma objeção, deveria se manifestar. A Sra. Izabella também explicou que a reunião contava com a presença de convidados especiais, que seriam convidados a se apresentar e a falar brevemente sobre as instituições que representam.

Dando sequência à reunião, ela anunciou que o Comitê abordaria temas relevantes, como a aprovação do regimento interno e a definição das câmaras técnicas. A primeira apresentação ficaria a cargo de Geraldo Luiz Farias, da SECID.

Geraldo Luiz Farias iniciou sua fala destacando o trabalho desenvolvido pela Secretaria das Cidades em parceria com os municípios para promover os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Paraná. Ele explicou que o processo começou com uma campanha de conscientização simples, mas

eficiente, que foi realizada com o apoio de vídeos, perguntas sobre os ODS e o uso de plataformas como o Whatsapp e e-mail para a coleta de respostas dos colaboradores. A partir desse processo, foi possível criar materiais informativos, como uma "nuvem de palavras", que serviram para divulgar ainda mais os ODS e engajar os servidores na adesão à Agenda 2030. Essa mobilização buscava transformar a conscientização em ação, ao mesmo tempo em que não se esperava uma adesão de 100% da população, mas sim que o processo gerasse um movimento de pertencimento e entendimento das questões globais.

Também fez questão de destacar que o processo de sensibilização foi um trabalho de longo prazo, com envolvimento de diversas áreas e, até mesmo, com ações para criar um vínculo mais forte entre os servidores públicos e as diretrizes globais dos ODS. Ele ainda sugeriu que a CELEPAR, que desenvolveu a plataforma de coleta de respostas, desenvolvesse uma ferramenta própria que atendesse a um público maior, pois a plataforma usada inicialmente tinha limitações quanto ao número de acessos, impedindo uma expansão mais ampla. Apesar dessa limitação, ele destacou que o trabalho de engajamento com os servidores foi extremamente bem-sucedido, pois em 18 dias já era possível ver um avanço significativo no entendimento da importância dos ODS.

A seguir, ele abordou a segunda parte de sua fala, que tratava das ações específicas dos municípios do Paraná em relação ao monitoramento e aplicação dos ODS. A SECID, através do Paraná Cidade, tem realizado investimentos significativos em diversas ações em parceria com os municípios, vinculando essas ações diretamente às metas globais dos ODS. Ele explicou que a SECID e o Paraná Cidade não impõem quais ODS os municípios devem seguir, mas, ao identificar as prioridades locais nos planos diretores municipais, essas prioridades são associadas aos ODS e suas respectivas metas. Por exemplo, ele destacou o ODS 3, relacionado à saúde e bem-estar, com a construção de unidades de saúde, e o ODS 6, relacionado ao saneamento básico, com o financiamento de projetos de infraestrutura de água e esgoto. Esse processo de associação permite que os recursos estaduais sejam utilizados de maneira mais eficiente, e que o impacto das ações nos municípios seja facilmente monitorado e identificado.

Geraldo ainda detalhou o funcionamento do monitoramento dessas ações, explicando que todas as informações sobre os investimentos realizados, o número de ações e o impacto de cada projeto estão disponíveis no site do Paraná Cidade. Através da plataforma, é possível visualizar, por exemplo, o valor investido em cada ODS, o número de municípios atendidos e a descrição detalhada de cada ação. Ele mostrou, por exemplo, que no caso do ODS 7 que

trata da energia limpa e acessível, foram realizados investimentos em sistemas fotovoltaicos, com informações sobre o número de projetos, os valores aplicados e as localidades beneficiadas. Ele também enfatizou que a plataforma fornece acesso a dados sobre o processo licitatório, a execução da obra e a localização geográfica das ações, com a possibilidade de acessar fotos e coordenadas geográficas das obras.

Outro aspecto importante abordado foi a transparência do processo. Ele mencionou que todas as informações sobre os investimentos e ações estão disponíveis publicamente, sem necessidade de senha ou acesso restrito, o que permite que qualquer pessoa, seja um cidadão ou um gestor municipal, tenha acesso completo aos dados. Isso visa aumentar a confiança nas ações do governo estadual e garantir que os recursos sejam utilizados de maneira eficiente e transparente. Para ele, a transparência é fundamental para engajar mais municípios e cidadãos na implementação dos ODS.

Por fim, Geraldo compartilhou alguns avanços para o futuro próximo, detalhando como seria possível acessar uma versão mais interativa do site, com mapas que mostram onde as ações estão sendo realizadas e quais municípios estão envolvidos em cada ODS. Além disso, ele ressaltou a importância de seguir incentivando os municípios a assinar termos de adesão aos ODS, garantindo que cada município tenha um compromisso formal com a Agenda 2030 e com a implementação das metas de desenvolvimento sustentável. Ele também destacou a importância de envolver a Secretaria de Educação e as instituições privadas na disseminação dessa agenda, sugerindo que elas incluam a vinculação dos ODS nos seus materiais de divulgação.

Em sua conclusão, Geraldo reforçou que o sucesso do trabalho realizado depende da parceria entre o Estado e os municípios, e que a adesão dos prefeitos e gestores municipais à Agenda 2030 é crucial para garantir que os ODS se tornem uma realidade no dia a dia das cidades paranaenses. Para ele, as ações do Paraná Cidade não são apenas um esforço institucional, mas também um compromisso com o futuro sustentável do Estado, que precisa ser construído com o engajamento de todos os setores da sociedade.

A sessão de perguntas e respostas foi marcada por diversas contribuições e questionamentos que esclareceram pontos importantes sobre a implementação dos ODS no Paraná, além de fortalecer a ideia de colaboração entre diferentes setores.

A primeira pergunta foi de Eliziane Gorniak, que quis entender como os municípios podem acessar os recursos e desenvolver iniciativas vinculadas aos ODS. Geraldo Luiz Farias explicou que os municípios devem identificar suas prioridades e entrar em contato com a Casa Civil e a Secretaria das Cidades

para definir quais projetos podem ser desenvolvidos. Eles, então, podem acessar o Portal dos Municípios, onde podem fazer todo o trâmite de documentação e apresentar seus projetos. O processo inclui a definição da fonte de recursos, que pode ser do tesouro estadual ou de financiamentos municipais, com a liberação dos recursos sendo feita conforme o andamento das obras.

Em seguida, Mayra Tavares Gil de Souza questionou sobre a utilização dos dados e como o governo poderia direcionar os investimentos de forma mais intencional, levando em consideração as particularidades e deficiências regionais. Keli Guimarães respondeu explicando que a Superintendência utiliza um banco de dados (BI) que abrange todos os municípios do Paraná e que permite visualizar, por região, quais são as necessidades mais urgentes em cada área. Isso permite que os investimentos sejam direcionados conforme o potencial de cada região, em vez de trabalhar com as dificuldades de forma isolada. Keli também ressaltou que, com o BI ODS, é possível alinhar mais de mil iniciativas dentro do PPA do estado com as metas globais dos ODS.

Fabiana fez uma sugestão interessante, perguntando sobre a possibilidade de compartilhar as bases de dados de sustentabilidade entre as diferentes instituições. Ela mencionou que, ao lançar seu relatório de sustentabilidade, poderia ser útil casar os dados de sua organização com as informações das ações do governo. Keli respondeu positivamente, afirmando que é possível disponibilizar essas informações dentro do site da Superintendência, criando uma plataforma de compartilhamento de dados que poderia beneficiar tanto o setor público quanto o privado.

Carmen Murara trouxe uma contribuição valiosa ao evento, destacando a importância de mapear as iniciativas educacionais vinculadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e sugerindo uma maior integração entre a educação do Paraná e os ODS. Ela compartilhou um exemplo da Tailândia, onde o país mapeou todas as universidades e suas conexões com os ODS e projetos de sustentabilidade. Carmen mencionou que, após participar de um evento sobre educação e sustentabilidade na PUC Paraná, ela e a pró-reitora decidiram apresentar essa ideia ao governo do Estado, visando aproximar as universidades paranaenses das metas globais dos ODS. Ela enfatizou a relevância de dar visibilidade às iniciativas locais, pois isso pode engajar mais os prefeitos e gestores municipais, fazendo-os compreender a importância da sustentabilidade e do ESG, conectando suas ações a esses conceitos.

Keli Guimarães, por sua vez, respondeu positivamente à sugestão, ressaltando que a comunicação e a visibilidade são fundamentais para o sucesso dessas iniciativas. Ela citou a parceria recente com o Tribunal de Contas, que resultou

no curso online Prospera, que teve uma adesão surpreendente, com quase 500 inscritos em apenas uma semana. Isso indicou um grande interesse por parte dos municípios, inclusive de fora do Paraná. Keli destacou que, embora muitos dos municípios paranaenses sejam de pequeno porte, o governo estadual tem se esforçado para alcançar essas localidades, com um olhar voltado para o interior. Ela concordou com Carmen sobre a necessidade de uma melhor comunicação e afirmou que a plataforma do governo, que reúne boas práticas, pode ser uma ferramenta importante para disseminar ações de sucesso entre os municípios e empresas.

Além disso, Keli enfatizou a importância da integração entre diferentes setores, incluindo a iniciativa privada, para fortalecer e divulgar as boas práticas sustentáveis. Ela também mencionou que o Estado tem muito a oferecer, mas que, muitas vezes, essas ações não são suficientemente conhecidas. Por fim, ela expressou sua gratidão por todos que estavam participando do evento e contribuindo com ideias para melhorar o planejamento e as práticas de sustentabilidade no Paraná.

Coronel Puchetti, da Casa Civil, destacou que as ações do Estado só são efetivas quando chegam à população de maneira prática, citando como exemplo a integração dos órgãos licenciadores para facilitar a abertura de pequenas empresas. Ele ressaltou que, embora essa ação tenha como objetivo impulsionar o emprego local é fundamental que essas pequenas empresas adotem práticas sustentáveis, alinhadas aos ODS e ESG, para que o desenvolvimento seja equilibrado e sustentável. Mencionou ainda que o Estado está trabalhando de forma transversal, integrando diversos segmentos, para promover um crescimento eficiente e alinhado com os princípios de sustentabilidade.

Keli Guimarães fez uma conexão com os dados mencionados por Puchetti sobre a crescente urbanização, destacando uma preocupação do Estado com o aumento da população idosa. Ela citou que, até 2030, cerca de 60% da população do Paraná será composta por idosos, e que é necessário garantir que as novas gerações se sintam parte desse processo de construção de um futuro mais sustentável, fortalecendo o pertencimento e o compromisso com o desenvolvimento do Estado.

Na reunião, Isabela, representante do SEBRAE, iniciou sua fala parabenizando a organização do evento e expressando sua satisfação com as informações apresentadas. Ela se colocou à disposição para apoiar na disseminação das iniciativas discutidas, destacando a rede de 24 comitês territoriais que o SEBRAE mantém no Paraná, com planos de expandir para 205 comitês municipais até o final do ano. Isabela ressaltou que, com essa estrutura, o

SEBRAE tem facilidade em chegar até os municípios, tornando o contato e a disseminação de informações mais ágeis e eficazes.

Keli Guimarães respondeu destacando a importância de um processo contínuo de conscientização sobre os temas abordados no evento. Ela mencionou o *Prospera*, uma iniciativa que foi desenvolvida em parceria com o Tribunal de Contas e a ONU Habitat, e que visa promover um treinamento contínuo sobre sustentabilidade. Keli reforçou que, embora o início da conscientização seja um passo importante, o trabalho precisa seguir em frente, com mais pessoas se envolvendo e aprendendo.

Bernardo Fadel, do IMAP, também contribuiu com a discussão, agradecendo a Keli pela parceria anterior e destacando o trabalho realizado pelo IMAP. Ele mencionou que o instituto monitora as ações relacionadas aos ODS dentro de Curitiba e realiza relatórios anuais de gestão, nos quais são integradas as ações com as ODS e as secretarias municipais. Bernardo também comentou que o IMAP, com o apoio do SEBRAE, foi responsável pela elaboração do primeiro relatório de gestão de Curitiba, e que ele vê a construção desses relatórios como fundamental para o alinhamento das ações da gestão pública aos princípios de sustentabilidade. Ele sugeriu a criação de um “caderno de normas” que pudesse auxiliar na construção de relatórios, utilizando boas práticas e normas já estabelecidas. Para ele, essa ferramenta ajudaria a dar maior clareza e consistência na elaboração dos relatórios, principalmente para entidades que enfrentam dificuldades em coletar e tratar dados sobre sustentabilidade.

Izabella Brito, por sua vez, agradeceu a participação de Bernardo e sugeriu que ele pudesse, no próximo evento, representar a Prefeitura de Curitiba para falar mais sobre a construção do relatório de gestão da cidade. Ela destacou a importância de compartilhar a experiência de Curitiba, pois o município já iniciou um processo robusto de indicadores e metas, e a aplicação prática desses conceitos poderia servir como exemplo para o estado. Izabella sugeriu que o relatório de Curitiba poderia agregar bastante ao painel que está sendo desenvolvido para o Estado, alinhando ainda mais as ações municipais às iniciativas estaduais.

Rafael Andreguetto, diretor de Políticas Ambientais da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Paraná, parabenizou a organização do evento e destacou a importância da integração das ODS nas políticas públicas. Ele mencionou compromissos assumidos pelo Estado e enfatizou a atuação conjunta das secretarias. Este anunciou o lançamento de uma plataforma ambiental em março, com investimento inicial de 100 milhões de reais, focada em projetos de carbono, biodiversidade, restauração e conservação, além da

remuneração de pequenos produtores rurais que contribuem para a preservação ambiental. Ele também falou sobre o Selo Clima, que visa incentivar a inscrição de secretarias e órgãos públicos para monitoramento das emissões de gases de efeito estufa. Rafael abordou ainda a preparação do Paraná para a COP 30 e a realização da Conferência Estadual do Meio Ambiente em março, que discutirá temas como justiça climática e transição energética. Ele concluiu convidando todos os participantes a se engajarem nessas iniciativas e reforçou o apoio do governo estadual.

Izabella falou sobre o curso da ABNT 2030, que será oferecido online para o comitê, com o objetivo de fornecer suporte à jornada ESG do Estado do Paraná. A ideia é que uma pessoa de cada instituição participe integralmente, sendo o ponto focal para ajudar na construção do relatório estadual.

Izabella passou então para a parte da aprovação do regimento, mencionando sete pontos que foram discutidos e ajustados conforme as sugestões dos membros. Entre os ajustes, destacaram-se a criação de uma agenda de curto, médio e longo prazo, a definição clara das competências das câmaras temáticas e a responsabilidade das instituições em aplicar as diretrizes ESG tanto dentro das suas organizações quanto externamente. Ela também ressaltou a alteração de "audiência pública" para "consulta pública" e a preocupação com a privacidade dos dados da iniciativa privada. Após as explicações, Izabella perguntou se todos estavam de acordo com as alterações, finalizando com a aprovação do regimento.

A reunião também teve como objetivo definir as câmaras temáticas do Comitê, destacando sua importância para a execução de ações e operações. A proposta é que cada câmara temática crie seu plano de ação, identificando diagnósticos, objetivos, desafios e demandas específicas.

Foi explicado que um roadmap será criado para cada câmara temática, com o apoio da Secretaria Executiva e Coordenação. As câmaras precisam definir seus coordenadores até a primeira quinzena de fevereiro, elaborar seus planos de ação e, posteriormente, apresentar seus roadmaps ao Comitê pleno, para garantir alinhamento e integração nas ações.

Foram apresentadas seis câmaras temáticas propostas, que são mais focadas e abrangem múltiplos temas. As sugestões iniciais de oito câmaras foram reduzidas a seis, para facilitar a organização. Cada câmara temática será composta por um grupo de participantes, incluindo secretarias e instituições, podendo cada membro participar de mais de uma câmara.

As câmaras temáticas sugeridas foram:

01. Políticas públicas e governança;
02. Saneamento ambiental e recursos hídricos;
03. Educação para sustentabilidade;
04. Biodiversidade, mudanças climáticas e transição energética;
05. Responsabilidade social;
06. Metas e indicadores ESG.

Na reunião, foi discutido o processo de definição das câmaras temáticas e como será a participação dos membros. Será enviado um formulário até 03/02/2025 para que os membros escolham quais câmaras temáticas gostariam de participar. A ideia é finalizar a composição das câmaras e definir seus membros até 12 ou 13 de fevereiro, para que, em seguida, possam ser organizadas reuniões internas com cada câmara para definir seus coordenadores e estabelecer datas de entrega das suas ações.

Uma vez definidas, as câmaras temáticas terão autonomia para definir sua dinâmica de trabalho, incluindo a frequência das reuniões e a responsabilidade pela execução de suas atividades. As câmaras poderão convidar parceiros externos, como universidades e outras instituições, para contribuir com o trabalho.

Foi levantada a preocupação sobre o descompasso no ritmo de trabalho entre as câmaras da primeira edição do Comitê, onde alguns grupos estavam mais avançados enquanto outros estavam mais lentos. A sugestão de um controle mínimo de governança e a criação de regras básicas de participação foi discutida, com o objetivo de evitar esse descompasso e garantir que todas as câmaras avancem com um ritmo similar. A resposta foi positiva, com a confirmação de que, embora as câmaras tenham autonomia, o Comitê pleno estabelecerá prazos e acompanhará os progressos para garantir a integração e o alinhamento entre os trabalhos das diferentes câmaras temáticas.

Durante a reunião, foi discutido o papel das finanças sustentáveis dentro das câmaras temáticas. Foi levantada a questão de que a Câmara de Finanças Sustentáveis sugerida inicialmente não parecia se encaixar claramente, mas a sugestão foi de que esse tema fosse abordado dentro da Câmara de Biodiversidade, Mudanças Climáticas e Transição Energética. A justificativa é que muitos dos projetos de financiamento, como os títulos verdes, estão cada vez mais focados em questões como biodiversidade e mudanças climáticas.

No entanto, a possibilidade de criar uma nova câmara posteriormente, especificamente para as finanças sustentáveis, foi discutida, com a ideia de que a SEFA poderia coordenar essa nova câmara, caso o tema seja muito abrangente para ser inserido em uma das já propostas.

Valquíria, da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, destacou as ações em andamento, como os créditos de biodiversidade e o plano de descarbonização da economia do Paraná. Ela também enfatizou a importância da colaboração entre o setor público e privado para o avanço dessas iniciativas. Valquíria manifestou o desejo da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável em coordenar a câmara relacionada às questões ambientais e de biodiversidade, com a participação ativa de todos os interessados, como a CEF e outros parceiros. A importância de alinhar as políticas públicas com a prática também foi ressaltada, e o engajamento de todos os envolvidos foi valorizado como essencial para o sucesso das ações propostas.

Durante a reunião, Felipe Couto, fez duas sugestões importantes: primeiro, saber se as câmaras já têm liderança definida e, segundo, discutir no próximo comitê os entregáveis de cada câmara até o final do ano, visando garantir uniformidade e padronização. A resposta foi que até o dia 10 de fevereiro será o prazo para enviar complementações sobre as câmaras e, até o dia 15, a composição final será definida. Uma reunião híbrida será organizada para escolher os coordenadores, e a participação de representantes do setor público e privado foi sugerida para garantir o ritmo de trabalho.

Mayra, por sua vez, fez uma sugestão técnica para a Câmara 6, que lida com desenvolvimento sustentável. Ela sugeriu que essa câmara, que é muito transversal, fosse repensada como uma gestão matricial que estimulasse as demais câmaras, ao invés de ser uma câmara independente. Ela também sugeriu uma nova câmara voltada para o aspecto social, chamada "Geração de Valor Compartilhado", mais atual que a tradicional "Responsabilidade Social", para abranger de forma mais ampla temas sociais, ambientais e econômicos. A ideia foi bem recebida e a importância da jornada de ajustes contínuos foi ressaltada.

Izabella e outros membros da equipe concordaram com a importância de uma governança clara, que inclui a transparência nos processos e a participação ativa de todos os setores. Foi destacado também o papel de treinamento dentro do setor público para melhorar a implementação de práticas de ESG, especialmente com relação à capacitação dos servidores públicos. A auditoria e a controladoria também foram mencionadas como pontos importantes para garantir a responsabilidade e transparência nos investimentos públicos, com a preocupação de como os recursos seriam aplicados e monitorados.

Em relação à estrutura das câmaras, ficou claro que, ao longo do processo, poderiam surgir novos ajustes e criações de grupos de trabalho específicos dentro das câmaras temáticas, para abordar questões pontuais. Também foi reafirmado que a câmara de finanças sustentáveis poderia abranger vários

aspectos, como a transição energética, o biogás, e outras questões pertinentes.

Ao final, foi reforçado o cronograma para o ano, com reuniões bimestrais do comitê pleno e a definição das câmaras até a primeira quinzena de fevereiro. Foi também mencionado que a participação do setor privado será essencial para enriquecer as discussões e trazer mais realismo às soluções propostas, e todos foram convidados a preencher o questionário para contribuir no relatório de sustentabilidade a ser apresentado na COP 30.

A reunião se encerrou com a solicitação para que todos participem ativamente nas próximas etapas e ajudem a fortalecer a governança e a implementação das políticas de sustentabilidade.

A presente ata será assinada, após aprovação do colegiado, em reunião posterior, quando será datado este documento. A próxima reunião ordinária está agendada para o dia 27 de março de 2025.

Curitiba, 30 de janeiro de 2025

ESG
COMITÊ TÉCNICO
PÚBLICO-PRIVADO DO PARANÁ

3ª Reunião do Comitê ESG - 29 de janeiro de 2025

	Nome	Instituição	Titular/Suplente	Telefone	Assinatura
1	Alexandre Serafim Souza	SEI			
2	Alice Azambuja	SGDES	Titular	41988771139	
3	Anna Claudia Svoboda	Advogada	Anna Svoboda	41999854295	Anna Svoboda
4	Bernardo Zanini Fadel	IMAP	Bernardo	47997419211	
5	Breno Menezes de Campos	SEAB	Breno	41996246314	
6	Carmem Murara	Grupo Marista	TITULAR	(41) 999389900	
7	Cel. Jean Puchetti	Casa Civil	TITULAR	(41) 984040825	
8	Cesar Bitencourt	UNILIVRE		(41) 98822-1431	
9	Chayanne Telles	SEPL			
10	Claudio Nogas	UNESPAR	TITULAR	41-99732356	
11	Cynthia Gruendling Juruena	SEEC	Suplente	(51) 98212-9184	Cynthia G.J.
12	Daniel Ricardo Andreatta Filho	SEDEF			
13	Davidson Lessa	SEFA	SUPLENTE	41.93766 7122	
14	Edilson Ribeiro	Casa Civil	VIRTUAL		
15	Eliziane Gorniak	Positivo	Titular	41 9999-7447	
16	Fabiana Campos Romanelli	FAEP	Romanelli	(41) 99916 3294	
17	Felipe Couto	NatoSafe			
18	Gabriele Yasmin Borges dos Santos	SGDES	SEC. EXECUTIVA	(93) 99878-180	
19	Geraldo Luiz Farias SUPLENTE	SECID PARANACIDADE		41.997 1784	
20	Glaucio Baduy Galize	SECID / PARANACIDADE		99112-6290	
21	Glaucio Baduy Galize	SECID			
22	Graziela Pontes	Renault	Titular	99901 9974	Graziela
23	Heroldes Bahr Neto	UNILIVRE		41 99105 9699	

ESG COMITÊ TÉCNICO PÚBLICO-PRIVADO DO PARANÁ

3ª Reunião do Comitê ESG - 29 de janeiro de 2025

	Nome	Instituição	Titular/Suplente	Telefone	Assinatura
24	Izabella Brito	Casa Civil	coordenação	41.99970.7600	Izabella Brito
25	~~Jacqueline Silva Monteiro~~ Viviane da Paz	SEJU	titular	Viviane da Paz 41 99973886	
26	Jessica Paulo	Sinergia			
27	Jonathan Zonta	GEPLAN			
28	Juliana Penhaki	FIEP			
29	Kamylla de Paula Padilha	SECOM	Titular	41 99709 2206	Kamylla de Paula
30	Louise Cristina Vieira	SEED	titular	41 99795 1603	
31	Louise Vieira	SEED	"	"	"
32	Luciana Carla da Silva	CGE			
33	Luiz Carlos Marchaleski	CIETec			
34	Luiz Paulo Mascarenhas	SGDES			
35	Luiza Nastari	Copel	Titular	41 98834 3556	
36	Major QOPM Luciano José Buski	SESP			
37	Marcos Spitzner Filho	Packem Têxtil S.A.			
38	Maria Eduarda Bortoni	SGDES	Sec. executiva	41 99226-9792	
39	Maria Inês Prevedello	SEIL			
40	Mayra Tavares Gil de Souza	SEED			
41	Paula Ribeiro	Casa Civil	Coordenação	(41) 992706363	Paula de O. Ribeiro.
42	Roberta Kiska	Sanepar			
43	Rodrigo Schimidt	Fecomércio			
44	Rubens Palma	SEBRAE	SUPLENTE	45 998081474	Rubens Palma
45	Thomas Lampe	O Boticario	Thomas	41 996750850	
46	Vinicius Maggioni dos Santos	FAPEC/Casa Civil			
47	Viviane da Paz	SEJU			

ESG
COMITÊ TÉCNICO
PÚBLICO-PRIVADO DO PARANÁ

3ª Reunião do Comitê ESG - 29 de janeiro de 2025

	Nome	Instituição	Titular/Suplente	Telefone	Assinatura
48	Walquíria Biscaia	SEDEST	Suplente	41 99889-7986	
49	HELENA THEREZINHA KOVALIK	DGT / CASA CIVIL		41 99072-9935	
50	MARIA PAULA GALI	DGT / CC		41 99124-1700	
51	MAYRA TAVARES GIL DE LAUZA	SEED Consultoria		41 99984-9677	
52	JESSICA DE MIRANDA PAULO	SINERGIA ENGENHARIA		41 97808-3749	
53	BERNARDO FADEL	IMAP		41997414141	
54	Luisa Cristina Tischer Nostavi	Copel		41999813588	
55	Luciane da Paz	SEJU		41 99973 8286	
56	Walquíria Biscaia	SEDEST	Suplente	41 99889 7986	
57	Bruno Menezes de Campos	SEAB	Titular	41 996246314	
58	ELIZIANE GORNIAK	Positivo Educacional	Titular	41 99999-7441	
59	JULIO GONCHOROSKY	SDNEPAR	TITULAR	41 99831 5005	
60	RAFAEL ANDREGUETTO	SEDEST / IAT	TITULAR	41 98426 2372	
61	Keli Guimarães	SEPDES	TITULAR	41 99233 1777	
62	Patrícia Acauly Calderari Rosa	IAT	—	41 99152.3918	
63	Gabryella B. Negas			41 98749 5219	Gabryella B. Negas
64	BERNARDO FADEL	IMAP		41997414141	
65					
66					
67					
68					
69					
70					
71					

ESG
COMITÊ TÉCNICO
PÚBLICO-PRIVADO DO PARANÁ

PRESENÇA ONLINE

Erika Dmitruk	SETI
Jaqueline Ferreira	CIG-PR/CC
Chayanne Telles	SEPL
Beatriz de Oliveira Camargo	SEIL
Ingrid Machado do Nascimento	SEDEF
Laiz Drezza	Mondelez
Camila Aragão	SETU
Ivânia Ramos	SEMIPI
Fernanda Vieira Saliba Oliveira	SEIC
Alexandre Serafim Souza	SEI
Juliana Penhaki	FIEP
Yohana Ventura	Syngenta
Kallynca Carvalho dos Santos	CGE
Rafael Silveira	SETR
Evandro Lustre	SEAP
Priscila Ogaya	CIG-PR/CC
Letícia Teodoro	CIG-PR/CC
Edilson Ribeiro	CIG-PR/CC
Fernanda Adams	PGE